

# SUMÁRIO



## DEGASE-RJ

500 Questões Gabaritadas

Conhecimentos Gerais

### LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	66

### RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	21

### NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	16

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	22

### NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	25

### NOÇÕES DE DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	23

### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	22

# SUMÁRIO



## LEIS ESPECIAIS

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	14

# SUMÁRIO



## 1. (2024)

**Texto de Clarice Lispector.**

Um amigo meu, médico, assegurou-me que desde o berço a criança sente o ambiente, a criança quer: nela o ser humano, no berço mesmo, já começou.

Tenho certeza de que no berço a minha primeira vontade foi a de pertencer. Por motivos que aqui não importam, eu de algum modo devia estar sentindo que não pertencia a nada e a ninguém. Nasci de graça.

Se no berço experimentei esta fome humana, ela continua a me acompanhar pela vida afora, como se fosse um destino. A ponto de meu coração se contrair de inveja e desejo quando vejo uma freira: ela pertence a Deus.

Exatamente porque é tão forte em mim a fome de me dar a algo ou a alguém, é que me tornei bastante arisca: tenho medo de revelar de quanto preciso e de como sou pobre. Sou, sim. Muito pobre. Só tenho um corpo e uma alma. E preciso de mais do que isso.

Com o tempo, sobretudo os últimos anos, perdi o jeito de ser gente. Não sei mais como se é. E uma espécie toda nova de “solidão de não pertencer” começou a me invadir como heras num muro.

Se meu desejo mais antigo é o de pertencer, por que então nunca fiz parte de clubes ou de associações? Porque não é isso que eu chamo de pertencer. O que eu queria, e não posso, é por exemplo que tudo o que me viesse de bom de dentro de mim eu pudesse dar àquilo que eu pertenço. Mesmo minhas alegrias, como são solitárias às vezes. E uma alegria solitária pode se tornar patética.

É como ficar com um presente todo embrulhado em papel enfeitado de presente nas mãos - e não ter a quem dizer: tome, é seu, abra-o! Não querendo me ver em situações patéticas e, por uma espécie de contenção, evitando o tom de tragédia, raramente embrulho com papel de presente os meus sentimentos.

Pertencer não vem apenas de ser fraca e precisar unir-se a algo ou a alguém mais forte. Muitas vezes a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa.

Quase consigo me visualizar no berço, quase consigo reproduzir em mim a vaga e no entanto premente sensação de precisar pertencer. Por motivos que nem minha mãe nem meu pai podiam controlar, eu nasci e fiquei apenas: nascida.

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver.

*Fonte: <https://www.culturagenial.com/clarice-lispector-textos-poeticos-comentados/>*

Considerando as regras ortográficas da Língua Portuguesa, assinale o item em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Aprazível – autorreferência – sub-reptício.
- (B) Poetisa – milaneza – burguesia.
- (C) Cachumba – mexerica – mexilhão.
- (D) Estrangeiro – viagem – cafajeste.
- (E) Enchaqueca – enxarcar – enxurrada.

**1. (2024)**

Seja A o conjunto dos números primos maiores que 1 e menores que 10. Determine quantos subconjuntos diferentes podem ser formados a partir desse conjunto.

- (A) 3
- (B) 6
- (C) 8
- (D) 12
- (E) 16

**2. (2024)**

Seja os conjuntos  $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$  e  $B = \{-2, -1, 0, 3, 5, 6\}$ . A diferença de A com B, ou seja,  $A - B$ , é:

- (A)  $\{1, 2\}$
- (B)  $\{1, 2, 4\}$
- (C)  $\{0, 3, 5\}$
- (D)  $\{-1, -2, 6\}$
- (E)  $\{0, 3\}$

**3. (2024)**

Dados os conjuntos:

$A = \{x \in \mathbb{Z} \mid -5 \leq x \leq 1\}$  e  $B = \{x \in \mathbb{Z} \mid -2 \leq x \leq 4\}$ , determine o conjunto  $(A \cup B) \cap (A \setminus B)$ .

- (A)  $\{-5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4\}$ .
- (B)  $\{-5, -4, -3, -2, -1, 0, 1\}$ .
- (C)  $\{-5, -4, -3\}$ .
- (D)  $\{0, 1, 2, 3, 4\}$ .

**4. (2024)**

Sejam os conjuntos A dos números primos menores que 20, B dos números ímpares menores que 20, C dos múltiplos de 3 menores que 20, e D dos múltiplos de 5 menores que 20. Determine a soma dos elementos do conjunto  $A \cap (B \cap (C \cup D))$ .

- (A) 18.
- (B) 8.
- (C) 22.
- (D) 11.

**1. (2024)**

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF). Possui alguns princípios, analise os itens abaixo e assinale a alternativa com a sequência correta.

I - Princípio I - A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família.

II - Princípio III - A criança tem direito, desde o seu nascimento, a um nome e a uma nacionalidade.

III - Princípio V - A criança física ou mentalmente deficiente ou aquela que sofre de algum impedimento social deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que requeira o seu caso particular.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.
- (E) I e II apenas.

**2. (2023)**

Dentre os direitos previstos na Declaração Universal dos direitos da Criança – UNICEF (1959), em situações de catástrofe, o princípio VIII se refere:

- (A) ao direito, em todas as circunstâncias, de se figurar entre os primeiros a receber proteção e auxílio.
- (B) à indicação de envio dessas crianças a órgãos estatais para adoção com indicações de famílias substitutas.
- (C) ao enfrentamento conjunto dessas situações específicas, visando apoio nesse momento.
- (D) ao subsídio de 2 salários-mínimos mensais para a criança sobreviver em meio a essas situações.
- (E) à solicitação de moradia para a criança, bem como um subsídio e indicação de família substituta.

**3. (2023)**

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças, em seu Princípio VII, define que a criança tem direito a receber educação escolar gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Estabelece, ainda, que o interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação, sendo que tal responsabilidade incumbe, em primeira instância,

- (A) a seus pais.
- (B) às autoridades educacionais.
- (C) ao Conselho de Direitos.
- (D) à Vara da Infância.
- (E) às escolas públicas.

**1. (2025)**

Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo seguinte princípio:

- (A) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) os valores sociais dirimentes do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) independência nacional.
- (E) prevalência da cidadania.

**2. (2024)**

Segundo a Constituição Federal de 1988, dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil consta o(a)

- (A) ética.
- (B) patriotismo.
- (C) pluralismo político.
- (D) ordem econômica internacional.

**3. (2024)**

A Constituição Federal de 1988 traz diversos princípios fundamentais para a República Federativa do Brasil, a qual se configura como um Estado Democrático de Direito fundado no:

- (A) repúdio ao terrorismo e ao asilo político.
- (B) socialismo.
- (C) soberania.
- (D) violabilidade do direito à vida.
- (E) libertarianismo.

**4. (2024)**

Na forma consagrada pelo nosso texto maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com mais de 130 emendas posteriores, até hoje), temos que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresente corretamente um deles.

- (A) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- (B) solução contenciosa de conflitos, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais
- (C) intervenção controlada nos assuntos internos do Estado e solução pacífica de conflitos

**1. 2025**

Segundo a lei civil brasileira, é nulo o casamento

- (A) contraído por infringência de impedimento.
- (B) de quem não completou a idade mínima para casar.
- (C) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- (D) do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- (E) por incompetência da autoridade celebrante.

**2. 2025**

Matheus, noivo de Maria, foi acometido por grave doença, encontrando-se em iminente risco de vida. Registre-se que Matheus e Maria pretendem se casar, formalizando a união antes que seja tarde demais, mas não lograram obter a presença da autoridade à qual incumbe presidir o ato nem a de seu substituto.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) o casamento poderá ser celebrado na presença de quatro testemunhas, sendo certo que, se Matheus convalescer, o matrimônio será declarado inválido, devendo os interessados celebrar novo casamento em observância às formalidades legais;
- (B) o casamento poderá ser celebrado na presença de seis testemunhas que com os nubentes não tenham grau de parentesco em linha reta ou, na colateral, até o segundo grau;
- (C) por se tratar de formalidade imprescindível, o casamento não poderá ser formalizado sem a presença de autoridade à qual incumbe presidir o ato ou a de seu substituto;
- (D) em razão da ausência da autoridade à qual incumbe presidir o ato e da de seu substituto, o casamento só poderá ser realizado se houver suprimento judicial;
- (E) o casamento poderá ser celebrado, na presença de quatro testemunhas, desde que haja prévia autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

**3. 2025**

Carlos e Mariana mantinham um relacionamento há mais de cinco anos e planejavam se casar formalmente. Contudo, antes de poderem dar início ao processo de habilitação, Carlos sofreu um grave acidente e foi internado em estado crítico. Diante da iminência de morte de Carlos, Mariana, desejando assegurar o vínculo matrimonial, convocou seis testemunhas sem parentesco próximo com os noivos, e celebrou o casamento no leito de hospital, sem a presença da autoridade competente para presidir o ato.

Após a celebração, as testemunhas compareceram à autoridade judicial mais próxima e declararam que foram convocadas por Mariana em razão da situação grave de Carlos; que Carlos, apesar do iminente perigo de morte, estava consciente e lúcido no momento do casamento; que o casal declarou, de forma livre e espontânea, que desejava se casar.



## 1. 2024

Com relação à Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do artigo 3º da Constituição Federal; e dá outras providências. Foi alterada pela Lei 14.230/2021, que insere a exigência do dolo por parte dos agentes públicos, ou seja, a intenção de cometer um crime de improbidade. Segundo o artigo primeiro, parágrafo segundo: “considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando à voluntariedade do agente.” São atos de improbidade administrativa constante do artigo 9º

- (A) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no artigo 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (B) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (C) perceber vantagem econômica, exceto em moeda estrangeira, para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de natureza indenizatória.
- (D) receber vantagem econômica de natureza remuneratória, somente indiretamente, para apresentar ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (E) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.

## 2. 2022

Acerca das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito pela prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A sanção de perda da função pública não é aplicável aos servidores públicos sujeitos ao regime de livre nomeação e exoneração.
- (B) O pagamento de multa civil será de até 360 (trezentos e sessenta) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente ímprobo.
- (C) De acordo com a gravidade do fato, é possível a fixação, de forma cumulativa, da sanção de suspensão dos direitos políticos com a sanção de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- (D) A sanção de proibição de contratar com o Poder Público pode se dar no prazo de até 30 (trinta) anos.
- (E) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, causando prejuízo ao erário pelo enriquecimento ilícito de outrem, já gera sanção pela prática de improbidade administrativa.

**1. (2024)**

A Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.

Assinale a opção que compreende a função administrativa de fomento.

- (A) Restrições impostas por lei ao exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.
- (B) Atividades que, por sua essencialidade ou relevância para a coletividade, foram assumidas pelo Estado.
- (C) Regulamentação e fiscalização da atividade econômica de natureza privada.
- (D) Atividade estatal de intervenção indireta sobre a conduta dos sujeitos públicos e privados, de modo permanente e sistemático, para implementar as políticas de governo.
- (E) Desapropriações que favoreçam entidades privadas sem fins lucrativos.

**2. (2023)**

Aqueles que consideram o direito administrativo como o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento dos seus fins, compreendendo as normas que disciplinam a atividade concreta para a consecução de sua finalidade, adotam o critério

- (A) teleológico.
- (B) residual.
- (C) da administração pública.
- (D) das relações jurídicas.
- (E) do serviço público.

**3. (2023)**

Sobre o conceito de Estado e a respectiva pertinência com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O conceito de Estado independe do seu viés democrático ou autoritário.
- (B) O Poder Judiciário tem como atribuição única e exclusiva a função jurisdicional.
- (C) O fim do Estado é o bem comum, enquanto os meios são determinados pelo representante maior da nação.
- (D) Os Poderes Executivo e Legislativo são considerados poderes populares, pois seus representantes exercem diretamente a soberania sob a vontade vinculante do povo.

**4. (2022)**

O direito \_\_\_\_\_ é conceituado como ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

**1. 2025**

Com base nos princípios e objetivos previstos no Código de Ética e Conduta Profissional Socioeducativa do DEGASE, analise as afirmativas abaixo:

I. A visão institucional do DEGASE, conforme estabelecida na Portaria nº 1277/2023, envolve a busca por reconhecimento como órgão de referência na execução de políticas socioeducativas.

II. A missão do DEGASE, segundo o Código, é garantir a punição adequada aos adolescentes em conflito com a lei, com foco na aplicação rigorosa da disciplina e da hierarquia.

III. O Código busca, entre outros objetivos, a criação de ambiente que estimule boas práticas e serviços de qualidade no atendimento socioeducativo.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas II está correta.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) I, II e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

**2. 2025**

(Portaria DEGASE nº 1277/2023)

Assinale a alternativa que não constitui um dos valores fundamentais expressamente previstos no Código de Ética e Conduta Profissional Socioeducativa do DEGASE:

- (A) Fortalecimento da identidade socioeducativa
- (B) Valorização da pessoa
- (C) Eficiência e economicidade
- (D) Senso de pertencimento
- (E) Ética

**3. 2025**

Com relação à definição de servidor socioeducativo para fins de aplicação do Código de Ética do DEGASE, é correto afirmar que:

- (A) O Código se aplica exclusivamente aos servidores efetivos do DEGASE.
- (B) O Código aplica-se apenas aos servidores que exercem funções remuneradas no DEGASE.
- (C) O Código aplica-se aos servidores do DEGASE e a terceiros que prestem serviços ao órgão, mesmo que não remunerados.
- (D) A aplicação do Código limita-se aos servidores em cargo de comissão vinculados diretamente à Direção-Geral.
- (E) Os estagiários e voluntários estão excluídos do escopo do Código, mesmo quando atuam em unidades do DEGASE.